

Por que estudar sociologia?

Autor: Kaue Sousa Gomes

2º semestre/ 2017

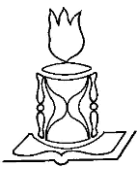
Texto Teórico

Introdução

Neste artigo pretende-se apresentar a contribuição e a importância da disciplina sociologia no ensino médio. Com isso, percorrerei as bibliografias que evidenciam os embates teóricos e políticos da obrigatoriedade no ensino básico no Brasil, desde o seu início, isto é, a partir do final do século XIX até os dias de hoje com a chamada “reforma do ensino médio”.

Em paralelo a essa reconstrução histórica sobre a implementação da disciplina, será abordado durante a exposição uma apresentação da sociologia (surgimento, formação e desenvolvimento). Desta forma, será oportuno demonstrar a constituição de seu projeto intelectual tenso e contraditório, representando para muitos sociólogos uma poderosa ferramenta a serviço dos interesses dominantes, e para outros, uma expressão teórica dos movimentos revolucionários.

Nos dias de hoje poucas pessoas colocam em dúvida os resultados alcançados pela sociologia. As inúmeras pesquisas realizadas pelos sociólogos, a presença da sociologia nas universidades, nas empresas, nos organismos estatais,



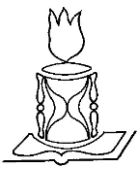
atestam a sua realidade. Ao lado desta crescente presença da sociologia no nosso cotidiano, continua, porém, chamando a atenção daqueles que se interessam por ela os frequentes e acirrados debates que são travados em seu interior sobre o seu objeto de estudo e os seus métodos de investigação.

A falta de um entendimento comum por parte dos sociólogos sobre a sua ciência possui, em boa medida, uma relação com a formação de uma sociedade dividida pelos antagonismos de classe. A existência de interesses opostos na sociedade capitalista penetrou e invadiu a formação da sociologia.

Destarte, o principal desafio deste artigo é expor como é possível compreender as diversas avaliações tão distintas dirigidas em relação a essa ciência, levando em consideração que a sociologia é um conjunto de conceitos, de técnicas e de métodos de investigação produzidos para explicar a vida social. Por conseguinte, é preciso pensar a sociologia a partir do princípio que essa seja uma tentativa de compreensão de situações sociais radicalmente novas, originária pela então incipiente sociedade capitalista.

A trajetória desta ciência tem sido uma constante tentativa de dialogar com a organização capitalista, em suas diferentes fases. No entanto, desde o seu surgimento, a sociologia sempre apresentou intenções práticas, um forte desejo de interferir no rumo desta civilização. Se o pensamento científico sempre guarda uma correspondência com a vida social, na sociologia esta influência é particularmente marcante. Os interesses econômicos e políticos dos grupos e das classes sociais, que na sociedade capitalista apresentam-se de forma divergente, influenciam profundamente a elaboração do pensamento sociológico.

Para compreender esta ciência, é preciso apreendê-la em sua dimensão política, apresentando em termos de debate, a natureza e as consequências de seu envolvimento nos embates entre os grupos e as classes sociais e refletir em que medida os conceitos e as teorias produzidos pelos sociólogos contribuem para manter ou alterar as relações de poder existentes na sociedade.



A sociologia como ciência

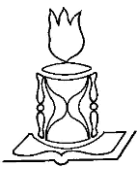
A boa ciência social supõe um interesse genuíno do pesquisador pela realidade que estuda uma compreensão adequada dos contextos sociais em que surgem e se desenvolvem as ideias e um esforço de trabalhar com conceitos cada vez mais universais e abrangentes.

Simon Schwartzman, *Paradigma e espaço das ciências sociais*, 1987.

A sociologia nos apresenta algumas considerações fundamentais, por exemplo, por que vivemos em sociedade? A história é conduzida pelo indivíduo ou pela sociedade? Qual a relação entre sujeito e coletividade social? Essas inúmeras outras questões que remontam desde os primórdios da antiguidade preenchem as indagações sociológicas no presente. Os primeiros trabalhos de ordenação e demarcação do objeto de estudo da sociologia surgiram no contexto histórico do século XIX. Auguste Comte foi o primeiro a utilizar a palavra Sociologia, entendendo-a numa ótica positivista.

A principal questão do significado e interpretação da sociologia desde o positivismo de Auguste Comte é se a sociologia é ou não é ciência. Como se relacionam como as demais ciências “consagradas”? E afinal o que as torna tão inquestionavelmente “científicas”? A ciência comumente é descrita como o uso de métodos sistemáticos de investigação empírica, a interpretação dos dados, o pensamento teórico e a avaliação lógica de argumentos com o objetivo de desenvolver um arcabouço de conhecimento sobre um determinado tema. De acordo com o sociólogo Anthony Giddens em *Conceitos Essenciais da Sociologia*: “[...] a sociologia é uma disciplina científica porque envolvem métodos sistemáticos de investigação empírica, a análise de dados e a avaliação de teorias à luz de comprovações e argumentação lógica”. (GIDDENS, 2015, p. 44).

Auguste Comte foi um sociólogo da unidade humana e social, existindo apenas um tipo de sociedade considerada válida, apresentando a dificuldade de encontrar e fundamentar a diversidade. Sendo assim, como existe apenas uma sociedade válida, toda sociedade, segundo a sua filosofia, chegar a esse tipo de sociedade (ARON, 2008).



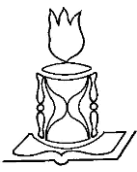
Nos três últimos volumes do *curso de filosofia positiva*, Comte expôs a sua concepção da nova ciência chamada sociologia. Apoiando-se em três autores, Montesquieu, Condorcet e Bossuet, Comte apreende alguns dos temas fundamentais de seu pensamento sociológico.

Auguste Comte atribui a Montesquieu o mérito de ter afirmado o determinismo dos fenômenos históricos e sociais. Já a ideia de progresso é admitida através de Condorcet em que a ideia de que o progresso do espírito humano é o fundamento do devenir das sociedades humanas. Para o autor, os fenômenos sociais, estão sujeitos a um determinismo rigoroso, que se apresenta numa forma de devenir inevitável das sociedades humanas, encaminhado pelos progressos da sociedade humana. Assim, essas duas características são comparáveis ao providencialismo de Bossud.

O positivismo norteou a formatação da ciência da sociedade no século XIX, fazendo analogia metodológica com as ciências naturais, isto é, a verdadeira ciência era aquela passível de observação e experimentação direta, levando a consolidação de leis gerais, sendo a ciência como o único conhecimento possível, tendo como método válido o das ciências da natureza, estendidos a todos os campos de investigação científica.

“O positivismo se compõe essencialmente de uma filosofia e de uma política, necessariamente inseparáveis, uma constituindo a base, a outra a meta de um mesmo sistema universal, onde inteligência e sociabilidade se encontram intimamente combinados. De uma parte, a ciência social não é somente a mais importante de todas, mas fornece sobretudo o único elo, ao mesmo tempo lógico e científico, que de agora em diante comporta o conjunto de nossas contemplações reais.”
(COMTE, 1996, p. 71)

No entanto, os fenômenos sociais tem um caráter subjetivista. Para a sociologia, um dos obstáculos mais importantes decorria do fato de os fenômenos sociais serem de caráter subjetivo, ou seja, originários da ação humana. Desta forma, dada à impossibilidade de o cientista social “estar dentro”, no ato da observação, recomendava-se que ele deveria “estar fora” e, assim, não contaminar o objeto observado com suas próprias ideias e visão do mundo. (Bridi, Araújo, Motim, 2009).



Portanto, a nova ciência social proposta por Auguste Comte é o estudos das leis do desenvolvimento histórico, se fundamentando na observação e na comparação em métodos análogos aos empregados por outras ciências.

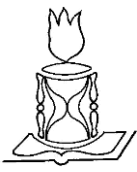
Nesta perspectiva, os cientistas sociais reivindicam para a sociologia o estatuto de ciência, utilizando-se dos métodos e critérios das ciências naturais. O positivismo constituiu-se num modelo pronto, uma base teórica para observar e descrever o mundo das relações sociais. A orientação sociológica positivista prescrevia ser a sociedade, tal como a natureza, regulada por leis invariáveis e independentes da ação humana.

A defesa para que o conhecimento fosse realmente atribuído como científico, amolava o distanciamento do observador em relação ao observado, a separação do objeto do seu meio, as análises dos dados quantificáveis, afastando-se de que era tido como senso comum.

Sendo as leis que regulam a esfera econômica e a política iguais das leis naturais. Da mesma maneira que as ciências da natureza eram consideradas objetivas, neutras, livres de juízo de valor, de ideologia, a sociedade também deveria ser estudada de maneira objetiva, livre das interferências humanas, como defendia Émile Durkheim, um dos autores clássicos da sociologia (Bridi, Araújo, Motim, 2009).

“A sociologia tradicional passou pela concepção da separação entre sujeito que pesquisa e o objeto investigado. Seguiu as regras metodológicas para a prática da descrição da realidade da forma mais neutra possível e sem interação com o meio que investiga” (Bridi, Araújo, Motim, 2009). A perspectiva de mundo daquele que investiga não deveria interferir o objeto. Daí, a proposta de uma sociologia meramente descritiva, cujos fenômenos de natureza social seriam cuidadosamente ordenados, comparados, atemporais e caracterizados como abstratos.

Porem, outros autores clássicos da Sociologia, como Max Weber, se esforçava para evidenciar que não era possível suprimir toda pré-noção e juízo de valor; ao contrário, sua ideia e integra-los conscientemente na ciência e fazer deles instrumentos úteis na investigação da verdade objetiva. Para Weber, a ação do cientista é racional com referência a um objetivo, se propondo a enunciar proposições, relações de causalidade e interpretações compreensivas que sejam universalmente válidas. Em *Ciência como vocação*:



“Instalou-se, em nossos dias, o hábito de falar insistentemente numa ‘ciência sem pressupostos’. Existe uma tal ciência? Tudo depende do que se entenda pelas palavras empregadas. Todo trabalho científico pressupõe sempre a validade das regras da lógica e da metodologia, que constituem os fundamentos gerais de nossa orientação no mundo.”
(WEBER, 2011, p.42)

Para o sociólogo alemão, a ciência é um aspecto do processo de racionalização característico das sociedades ocidentais modernas. Esta ciência positiva e racional de Weber, faz parte do processo histórico de racionalização, apresentando a característica da objetividade, definida para a validade da ciência para todos que procuram este tipo de verdade, e pela rejeição dos juízos de valor.

“O progresso científico é um fragmento, o mais importante indubitavelmente, do processo de intelectualização a que estamos submetidos desde milênios e relativamente ao qual algumas pessoas adotam, em nossos dias, posição estranhamente negativa [...] Surge daí uma pergunta nova: esse processo de desencantamento, realizado ao longo dos milênios da civilização ocidental e , em termos mais gerais, esse ‘progresso’ do qual participa a ciência, como elemento e motor, tem significação que ultrapasse esta pura prática e esta pura técnica?” (WEBER, 2011, p. 34 e 35)

Em *Economia e Sociedade*, Weber desenvolve um tratado de sociologia geral que acompanha ao mesmo tempo uma sociologia econômica, jurídica, política e religiosa. Segundo Weber, a sociologia é a ciência da ação social, que ela quer entender interpretando, e cujo desenvolvimento quer explicar, socialmente.

“Sociologia (no seu sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la casualmente em seu curso e em seus efeitos”. (WEBER, 1999, p. 3)

Na mesma medida, Karl Marx, também contribui de maneira significativa para o pensamento social, afirmando a trivialidade da ciência que permanecesse na aparência exterior e o conhecimento não fosse prático e transformador.



No quadro a seguir, apresento uma síntese da contribuição dos fundadores da sociologia.

COMTE (1917-1875)	DURKHEIM (1858-1917)	WEBER (1864-1920)	MARX (1818-1883)
Foi o primeiro a utilizar o termo “sociologia”, concebendo-a numa perspectiva positivista.	O objetivo da sociologia era estudar fatos que obedecem às leis sociais, invariáveis e de mesmo tipo que as naturais.	Foi o primeiro a perceber a importância da noção de ação, propondo a Sociologia como a ciência da ação social.	Ao compreender a sociedade capitalista, construiu um instrumento analítico, teórico e metodológico para o desenvolvimento da dialética e da Sociologia.
A ciência da sociedade se constituiria, em termos metodológicos, de forma assemelhada às ciências naturais.	Propõe um método comparativo para captar a ordem social vigente, inspirando-se nas ciências naturais.	Concebe a realidade social como complexa e caótica, cuja ordenação é obtida intelectualmente. Constrói os tipos ideais, como recurso metodológico no processo de racionalização da ciência.	Centra a atenção na contradição e no conflito de classe como agentes de mudanças e de superação da ordem capitalista
Objetiva constatar a ordem que reina no mundo social,	Sua visão é de que a sociedade não é simples	Os veículos entre ciência e política são centrais para a	O conhecimento da realidade social é histórico como ela e



de modo a agir sobre ela. Prever e prover	soma de indivíduos, mas a sua combinação. Os problemas de ordem social implicam consenso e integração.	Sociologia compreensiva.	capaz de transformá-la.
Tendência à dogmatização e à transformação da sociologia em doutrina, com a pretensão de torná-la uma ciência da humanidade.	Concepção de uma Sociologia normativa.	A Sociologia é uma disciplina interpretativa.	

Fonte: Comte; Durkheim; Marx (Diversas Obras). Elaboração de Maria Bridi, Sílvia Araújo e Benilde Motin, 2009.

Em vista disso, é fundamental entender os eixos estruturantes da sociologia clássica para explicar a realidade social, conforme a posição teórico-metodológica dos grandes pensadores, ou seja, o enfoque através do qual eles observam a realidade. De acordo com as autoras do livro “Ensinar e Aprender Sociologia” sobre os clássicos:

“As suas posições ainda não foram superadas, apesar de correntes cunhadas com pós-modernas terem anunciado a morte das metanarrativas e das teorias sobre a sociedade moderna. Esses eixos da análise sociológica explicam a estruturação das relações que os homens estabelecem e podem ser identificados pelo princípio da contradição social enquanto base da metodologia materialista histórica de Marx,



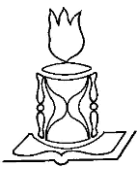
pelo princípio da integração social proposto por Durkheim e pelo princípio da racionalização social, oriundo do pensamento de Weber” (Bridi, Araújo, Motim, 2009).

Contribuição sociológica para o currículo escolar

A sociologia, por sua vez, para além de um enriquecimento pedagógico, pode chegar à esfera da intervenção, ao passo em que coadjuva, a título de exemplo, para politizar as relações escolares, alterando a própria instituição em objeto de estudo, o que integra as relações sociais que a desenham e a elaboração dos currículos que a devem animar. No entanto, não existe uma obrigatoriedade em relação à intervenção da formação dos alunos na solução dos problemas da escola – que, aliás, podem ser mais bem compreendidos se esse conhecimento for dirigido para fora dela, pois é da sociedade que a escola recebe influências e características fundamentais (SEE do Estado de São Paulo, 2012).

Assim, a partir da escola, a disciplina pode participar da educação da sociedade numa perspectiva geral, oferecendo códigos/informações para que os alunos desenvolvam a capacidade de atuar conscientemente na sociedade, o que deduz assumir posições políticas definidas e consistentes, independentemente das opções profissionais, geralmente definidas ao término do Ensino Médio. (SEE do Estado de São Paulo, 2012).

A presença da Sociologia no currículo do ensino médio tem provocado muita discussão. Além da famosa justificativa - “formar o cidadão crítico” –, entende-se que haja outras mais objetivas decorrentes da concretude com que a Sociologia pode contribuir para a formação do jovem brasileiro: quer aproximando esse jovem de uma linguagem especial que a Sociologia oferece, quer sistematizando os debates em torno de temas de importância dados pela tradição ou pela contemporaneidade. A Sociologia como espaço de realização das Ciências Sociais na escola média pode oferecer ao aluno, além de informações próprias do campo dessas ciências, resultados das pesquisas mais diversas, que acabam modificando as concepções de mundo, a economia, a sociedade e o outro, isto é, o diferente – de outra cultura, “tribo”, país, etc. É possível, observando as teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação – lógicos e empíricos – que justificam um modo de ser



de uma sociedade, classe, grupo social e mesmo comunidade. Isso em termos sincrônicos ou diacrônicos, de hoje ou de ontem.

Um papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. Há uma tendência sempre recorrente a se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política, etc. com argumentos naturalizadores. Primeiro, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, isto é, que nem sempre foram assim; segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais.

Outro papel que a Sociologia realiza, mas não exclusivamente ela, e que está ligado aos objetivos da Filosofia e das Ciências, humanas ou naturais, é o estranhamento. No caso da Sociologia, está em causa observar que os fenômenos sociais que rodeiam a todos e dos quais se participa não são de imediato conhecidos, pois aparecem como ordinários, triviais, corriqueiros, normais, sem necessidade de explicação, aos quais se está acostumada, e que na verdade nem são vistos. Assim como a chuva é um fenômeno que tem uma explicação científica, ou uma doença também tem explicações, mesmo que não se tenha chegado a terapias totalmente exitosas para sua cura; ou do mesmo modo que as guerras, as mudanças de governo podem ser estudadas pela História ou os cataclismos naturais, pela Geografia; os fenômenos sociais merecem ser compreendidos ou explicados pela Sociologia. Mas só é possível tomar certos fenômenos como objeto da Sociologia na medida em que sejam submetidos a um processo de estranhamento, que sejam colocados em questão, problematizados.

Muitas vezes as explicações mais imediatas de alguns fenômenos acabam produzindo um rebaixamento nas explicações científicas, em especial quando essas se popularizam ou são submetidas a processos de divulgação midiáticos, os quais nem sempre conservam o rigor original exigido no campo científico. Do mesmo modo que explicações econômicas se popularizaram, sendo repetidas nas esquinas, nas mesas de bares, etc. e assim satisfazendo as preocupações imediatas dos indivíduos, alguns outros fenômenos recebem explicações que não demandam elaborações mais profundas e permanecem no senso comum para as pessoas.



O pensamento de Durkheim marcou decisivamente a sociologia contemporânea, principalmente as tendências que se têm preocupado com a questão da manutenção da ordem social. Sua influência no meio acadêmico francês foi quase imediata, formando vários discípulos que continuaram a desenvolver as suas preocupações.

A concepção de sociologia de Durkheim se baseia em uma teoria do *fato social*. Sua tarefa foi evidenciar que existe uma sociologia objetiva e científica- como as ciências puras, tendo como um objeto específico e particular, o *fato social*.

“Entretanto, se existe uma ciência das sociedades, cabe esperar que ela não consista em uma simples paráfrase dos preconceitos tradicionais, mas nos mostre as coisas diferentemente de como as vê o vulgo; pois o objeto de toda a ciência é fazer descobertas, e toda descoberta desconcerta mais ou menos as opiniões aceitas.”
(DURKHEIM, 2007, p. XI)

Para que exista essa sociologia, é necessário que seu objeto seja específico, distinguindo-se do objeto das outras ciências: “[...] o método sociológico é independente de toda filosofia. Por ter nascido das grandes doutrinas filosóficas, a sociologia conservou o hábito de se apoiar em algum sistema do qual se acha, pois, solidária” (DURKHEIM, 2007, p.146). Com isso, Durkheim afirma as fases sociológicas em relação a sua proximidade com as demais doutrinas filosóficas até se institucionalizar enquanto um campo científico autônomo e independente “Assim, ela foi sucessivamente positivista, evolucionista, espiritualista, quando deve contentar-se em ser sociologia e nada mais” (DURKHEIM, 2007, p.146). No entanto, ao passo que a própria sociologia pode observar e explicar o mundo social de modo similar ao que acontece com os fatos observados e explicados pelas outras ciências. Isto é, há a necessidade de considerar os fatos sociais como coisas; a característica do fato social é o seu exercício como uma coerção social - toda realidade observável do exterior e cuja natureza não conhecemos imediatamente sobre os indivíduos.

Fato social é:

“É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira



de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais" (DURKHEIM, 2007, p. 13).

A influência fora do meio acadêmico francês começou um pouco mais tarde, por volta de 1930, quando, na Inglaterra, dois antropólogos, Malinowski e Radcliffe-Brown, armaram a partir de seus trabalhos os alicerces do método de investigação funcionalista (busca de explicação das instituições sociais e culturais em termos da contribuição que estas fornecem para a manutenção da estrutura social). Nos Estados Unidos, a partir daquela data, as suas ideias começaram a ganhar terreno no meio universitário, exercendo grande fascínio em inúmeros pesquisadores. No entanto, foram dois sociólogos americanos, Merton e Parsons, em boa medida os responsáveis pelo desenvolvimento do funcionalismo moderno e pela integração da contribuição de Durkheim ao pensamento sociológico contemporâneo, destacando a sua contribuição ao progresso teórico dessa disciplina (Martins, 2013).

O exemplo tomado por Durkheim – o suicídio – pode servir para se compreender esse processo de estranhamento realizado pela ciência em relação a fatos que, à primeira vista, não têm nem precisam de nenhuma explicação mais profunda. A partir de estudos estatísticos – tabelas de séries históricas da ocorrência do fenômeno em vários países e períodos determinados –, Durkheim conclui que, quando se observa o suicídio na sua regularidade e periodicidade, percebe-se que suas causas estão fora do indivíduo, constituindo um fato social tal como o autor o define: exterior, anterior, coercitivo aos indivíduos (MEC/SEB, 2006). Portanto, estranhar o fenômeno “suicídio” significa, então, tomá-lo não apenas como um fato corriqueiro e sim como um objeto de estudo da Sociologia; e procurar as causas externas ao indivíduo, mas que têm decisiva influência sobre esse, constitui um fenômeno social, com regularidade, periodicidade e, nos limites de uma teoria sociológica, uma função específica em relação ao todo social.

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina



Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma adequação em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo (MEC/SEB, 2006, p.107).

Numa sociedade como a nossa, em que se acumularam formas tão variadas e intensas de desigualdades sociais – efetivadas por processos chamados por alguns de “exclusão social” e por outros de “inclusão perversa” –, em que a lentidão ou as marches e démarches são uma constante nas mudanças, o acesso ao conhecimento científico sobre esses processos constitui um imperativo político de primeira ordem.

Para pensar a sociologia em seu nível médio caberia aqui transcrever as palavras de Florestan Fernandes, em artigo publicado nos anos 1950 que tratava justamente do ensino de Sociologia na escola secundária brasileira (Atas do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, 1954). Atualizando as palavras, e reorganizando os direcionamentos, valem os mesmos objetivos e justificativas ainda hoje. Fernandes diz: “[...] a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes, na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano”.

A justificativa da Sociologia como disciplina obrigatória no ensino médio no Brasil se reforça com o passar dos anos. Isto é, pensando em termos weberianos, as estruturas sociais estão ainda mais complexas, as relações de trabalho atiram-se com as novas tecnologias de produção, o mundo está cada vez mais “desencantado”, isto é, cada vez mais racionalizado, administrado, dominado pelo conhecimento científico e tecnológico. Desta forma, a sociologia é uma ciência que busca compreender a ação social, a sua compreensão implica a percepção do sentido que weber atribui à sua conduta. Com isso, o objetivo e a preocupação de weber, é entender o sentido que cada ator dá a apropriada conduta, sendo essa compreensão dos sentidos subjetivos ligada a uma classificação dos tipos de conduta e leva à percepção da sua estrutura inteligível.

O ensino médio para o jovem é o momento final da formação básica, sendo uma passagem crucial na formação do indivíduo. Muitas das vezes é a época da



escolha de uma profissão, para a progressão nos estudos, para o exercício da cidadania, conforme diz a lei –, por isso a presença ou ausência da Sociologia é desde já indício de escolhas, sobretudo no campo político (MEC/SEB, 2006).

Como parte do currículo, a Sociologia pode ocupar um espaço interdisciplinar com as outras disciplinas ou com o próprio currículo como um todo, senão com a própria instituição escolar. Por isso, muitas vezes – e particularmente nas DCNEM – se pensa que os “conhecimentos” da Sociologia possam dar suporte para uma interlocução com outras disciplinas. No entanto, é importante ter cuidado para não cairmos em reducionismos, fato já denunciado por Durkheim tanto em relação à redução do fenômeno biológico ao físico-químico como em relação à redução do fenômeno social ao psicológico:

“[...] existe entre a Psicologia e a Sociologia a mesma solução de continuidade que entre a Biologia e as Ciências Físico-Químicas. Por conseguinte, todas as vezes que um fenômeno social está explicado diretamente por um fenômeno psíquico, pode-se estar certo de que a explicação é falsa” (Durkheim, 2012).

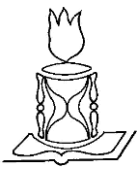
Currículo sociologia- O ensino de sociologia: breve histórico

O professor aposentado da FEUSP, Amaury Cesar Moraes, coordenou um dossiê sobre ensino de sociologia para Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. Em que expõe um quadro muito elucidativo sobre o contexto das reformas educacionais que tangencia a implementação da sociologia no currículo escolar de 1891 a 2008.

QUADRO-RESUMO – A Sociologia no contexto das reformas educacionais – 1891/2008 (Mario Bispo Santos, Completado por Ileizi Luciana Fiorelli Silva).

1. (1891 -1941) – INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1891 – A Reforma Benjamin Constant propõe, pela primeira vez no Brasil, a Sociologia como disciplina do ensino secundário.



1901 – A Reforma Eptácio Pessoa retira oficialmente a Sociologia do currículo, disciplina esta que nunca chegou a ser ofertada.

1925 – A Reforma Rocha Vaz coloca novamente a Sociologia como disciplina obrigatória do curso secundário, no 6º ano. Como decorrência dessa Reforma, ainda em 1925, a Sociologia é ofertada aos alunos do Colégio Pedro I, no Rio de Janeiro, tendo como professor Delgado Carvalho.

1928 – A Sociologia passa a constar dos currículos dos cursos normais de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, onde foi ministrada por Gilberto Freyre, no Ginásio Pernambucano de Recife.

1931 – A Reforma Francisco Campos organiza o ensino secundário num ciclo fundamental de cinco anos e num ciclo complementar dividido em três opções destinadas à preparação para o ingresso nas faculdades de Direito, de Ciências Médicas e de Engenharia e Arquitetura. A Sociologia foi incluída como disciplina obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares.

1933 – Criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

1934 – Fundação da Universidade de São Paulo, que conta com Fernando de Azevedo como o primeiro diretor de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e como catedrático de Sociologia.

1935 - Introdução da disciplina Sociologia no curso normal do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis com o apoio de Roger Bastide, Donald Pierson e Fernando de Azevedo.

1942 – A Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia dos cursos secundários, com exceção do curso normal.

2. (1942-1981) AUSÊNCIA DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA



1949 – No Simpósio O Ensino de Sociologia e Etnologia, Antônio Cândido defende o retorno da Sociologia aos currículos da escola secundária.

1954 – No Congresso Brasileiro de Sociologia, em São Paulo, Florestan Fernandes discute as possibilidades e limites da Sociologia no ensino secundário.

1961 – Aprovação da Lei 4.024, de 20 de dezembro, a primeira Lei de Diretrizes e Bases promulgada no País. A LDB manteve a divisão do Ensino Médio em dois ciclos: ginásial e colegial.

1962 – O Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação publicam Os novos currículos para o ensino médio. Neles constavam o conjunto das disciplinas obrigatórias, a lista das disciplinas complementares e um conjunto de sugestões de disciplinas optativas. Sociologia não constava de nenhum dos três conjuntos.

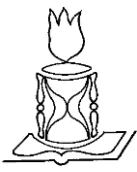
1963 – Resolução nº 7, de 23 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, na qual a Sociologia estaria presente como disciplina optativa nos cursos clássicos, científico e eclético.

1971 – Lei nº 5.692, de agosto, a Reforma Jarbas Passarinho que torna obrigatória a profissionalização no ensino médio. A Sociologia deixa também de constar como disciplina obrigatória do curso normal.

3. (1982-2001) REINSERÇÃO GRADATIVA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1982 – Lei 7.044, de 18 de outubro, que torna optativa para escolas a profissionalização no ensino médio.

1983 – Associação dos Sociólogos de São Paulo promove a mobilização da categoria em torno do “Dia Estadual de Luta pela volta da Sociologia ao 2º Grau”, ocorrido em 27 de outubro.



1984 – A Sociologia é reinserida nos currículos das escolas de São Paulo.

1986 – A Sociologia passa a constar dos currículos das escolas do Pará e do Distrito Federal.

1989 – A Sociologia torna-se disciplina constante da grade curricular das escolas do Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. A constituinte mineira e fluminense tornam obrigatório o ensino de Sociologia.

1996 – Nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9394, de 20 de dezembro, na qual, os conhecimentos de Sociologia e Filosofia são considerados fundamentais no exercício da cidadania.

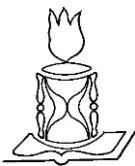
1997 – A Sociologia torna-se disciplina obrigatória do vestibular da Universidade Federal de Uberlândia.

1998 – Aprovação do Parecer nº 15, de 1º de junho, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), nas quais os conhecimentos de Sociologia são incluídos na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

1999 – Ministério da Educação lança os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM) que trazem as competências relativas aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

2000 – No novo currículo das escolas públicas do Distrito Federal, a Sociologia aparece como disciplina obrigatória das três séries do ensino médio, com carga semanal de duas horas-aula.

2001 – Vetado pelo Presidente da República, o projeto de lei do Deputado Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores do Paraná, que torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas.



2001 – Veto presidencial em apreciação no Congresso Nacional.

2003 – Iniciam-se nova equipe no MEC e nas secretarias de ensino médio e ensino profissionalizante (Governo de Luiz Inácio Lula da Silva – LULA, 2003-2006).

UEL introduz Sociologia nas Provas do Vestibular.

2004 – Forma-se uma equipe para rever os PCNEM. O MEC solicita às sociedades científicas a indicação de intelectuais ligados ao ensino para reformularem os PCNEM. Amaury Moraes e sua equipe inicia a elaboração das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Sociologia.

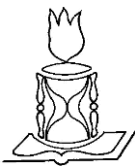
2005 – Amaury Moraes elabora o Parecer que questiona as DCNEM e encaminha ao MEC que encaminha ao CNE.

Cria-se o Grupo de Trabalho GT Ensino de Sociologia na Sociedade Brasileira de Sociologia e ocorrem duas sessões especiais sobre as questões do ensino no Congresso em Belo Horizonte.

2006 – O CNE analisa a matéria e vota favorável ao Parecer e à mudança das DCNEM, tornando a Filosofia e a Sociologia componente ou disciplinas curriculares obrigatórias em ao menos uma série do Ensino Médio.

2007 – Vários estados da federação questionam essa medida junto ao CNE e aguardam o debate antes de implementarem; foram os casos de SP e RS. A maioria dos estados continuou a implantação da disciplina, elaborando diretrizes curriculares estaduais, realizando concursos públicos para professores de Sociologia e estruturando materiais didáticos.

A SBS realiza junto com a USP o 1o Seminário Nacional de Ensino de Sociologia nos dias 28 de fevereiro a 2 de março, na Faculdade de Educação da USP.



Cria-se a Comissão de Ensino de Sociologia no Congresso da SBS em Recife e mantém-se o GT Ensino de Sociologia, entre outras tantas atividades.

O Sinesp e a Apeosp organizam o 1º Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia e de Filosofia, em julho, em São Paulo, com a participação de cerca de 800 pessoas.

UFPR introduz Sociologia nas provas do Vestibular.

A Editora Escala cria a Revista mensal Sociologia: Ciência & Vida, revista vendida na maioria das bancas do País.

2008 – Diante das resistências de alguns estados em acatar a mudança das DCNEM o Sindicato dos Sociólogos de São Paulo – Sinesp liderou mais um movimento de pressão pela aprovação da lei que obriga o ensino de Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio, no Congresso e Senado Federal. Em 2 de junho de 2008, o Presidente da República em exercício, José de Alencar, assinou a lei 1.684.

A UFRN, com o apoio da SBS realiza o 1o Seminário Nacional de Educação e Ciências Sociais, nos dias 18 e 19 de abril, em Natal.

A FE-UFRJ, com o apoio do MEC e SBS, realizou o 1o Encontro Estadual sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica, no Rio de Janeiro, em 19 a 21 de setembro de 2008.

A FCS da UFG realizou o 5o Seminário sobre Sociologia no Ensino Médio, em Goiânia-GO, em setembro de 2008.

2009 – O CNE regulamenta o modo de implantação da Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio pela Resolução nº 1, de 15 de maio de 2009, ordenando que se conclua a efetivação dessa medida até 2011.

A SBS realiza o 1º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica,



nos dias 25 a 27 de julho na UFRJ (participação de cerca de 300 pessoas) e mantêm o GT Ensino de Sociologia no seu Congresso bianual, realizado na sequência e que comemorou os 60 anos de existência da entidade.

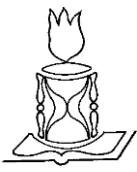
A FCS da UFG realizou o 6º Seminário sobre Sociologia no Ensino Médio, em Goiânia-GO, em setembro de 2009.

Faz quase 150 anos que a sociologia reivindica seu lugar nos programas de ensino básico no Brasil. Primeiramente, como alternativa ao Direito Natural, como quis Rui Barbosa (1882); depois, como conteúdo importante na reforma pretendida pelo primeiro governo republicano, a sociologia voltou a incorporar, nas primeiras décadas do século passado, os currículos das escolas normais e cursos preparatórios – correspondentes ao atual ensino médio.

O certo é que lentamente a sociologia vai ocupando espaço nos currículos da escola secundária e do ensino superior, sendo praticado o seu ensino de modo geral por advogados, médicos e militares, assumindo os mais variados matizes, à esquerda ou à direita. Nas primeiras décadas do século XX, a sociologia integrará os currículos, especialmente das escolas normais, embora aparecesse também nos cursos preparatórios (atual ensino médio) ou superiores.

Nesta perspectiva, têm-se alguns dados importantes para reflexão. É uma disciplina bastante recente – menos de um século, reduzida sua presença efetiva à metade desse tempo; não se tem ainda formada uma comunidade de professores de Sociologia no ensino médio, quer em âmbito estadual, regional ou nacional, de modo que o diálogo entre eles tenha produzido consensos a respeito de conteúdos, metodologias, recursos, etc., o que está bastante avançado nas outras disciplinas.

Outra questão importante sobre essa intermitência da Sociologia no currículo do ensino médio decorre de expectativas e avaliações que se fazem de seus conteúdos em relação à formação dos jovens. Muito se tem falado do poder de formação dessa disciplina, em especial na formação política, conforme consagra o dispositivo legal (LDB nº 9.394/96, Art. 36, § 1º, III) quando relaciona “conhecimentos de Sociologia” e “exercício da cidadania”. Essa relação não é imediata, nem é exclusiva da Sociologia a um direito de preparar o cidadão.



Há uma interpretação interessante feita no documento do MEC/SEB sobre as orientações curriculares para o Ensino Médio; ela afirma que a presença ou a ausência da Sociologia no currículo está vinculada a contextos democráticos ou autoritários, respectivamente.

“No entanto, se se observar bem, pelo menos em dois períodos isso não se confirma, ou se teria de rever o caráter do ensino de Sociologia para entender sua presença ou ausência. Entre 1931 e 1942, especialmente após 1937, a Sociologia está presente e é obrigatória no currículo em um período que abrange um governo que começa com esperanças democratizantes e logo se tinge de autoritarismo, assumindo sua vocação ditatorial mais adiante. Em outro momento, em plena democracia, o sentido do veto do Presidente da República (2001) à inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória traz certa dificuldade para essa hipótese. O que se entende é que nem sempre a Sociologia teve um caráter crítico e transformador, funcionando muitas vezes como um discurso conservador, integrador e até cívico – como aparece nos primeiros manuais da disciplina. Não se pode esquecer que a Sociologia chegou ao Brasil de mãos dadas com o positivismo. No caso recente, deve-se entender que a ausência da disciplina se prende mais a tensões ou escaramuças pedagógico-administrativas que propriamente a algum conteúdo ideológico mais explícito” (MEC/SEB, 2006).



Bibliografia

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: conhecimentos de sociologia. Brasília: MEC/SEB, 2006. p. 101-136. Disponível:

\<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf\>. Acesso em: 22 set. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: sociologia. In: _____. Currículo do Estado de São Paulo: ciências humanas e suas tecnologias. São Paulo: SE, 2012, p. 25-27, 132-150. Disponível em: \<<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf>\>. Acesso em: 22 set. 2017.

MORAES, Amaury Cesar. Dossiê sobre Ensino de Sociologia dos Cadernos CEDES. Campinas, vol. 31, n.85, set.-dez, 2011. Disponível em: \<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>\> Acesso em 23 set.2017.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? São Paulo: Brasiliense, 2006. – (Coleção Pinheiros Passos; 57)

Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi, Silvia Maria de Araújo/ Ensinar e Aprender Sociologia no Ensino Médio. São Paulo: Contexto, 2009.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: EDIPRO, 2012. ,

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Das fronteiras entre ciência e educação escolar – as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, no Estado do Paraná (1970-2002). 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ARON, Raymond. Etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



COMTE, Auguste. Coleção Os pensadores. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

GIDDENS, Anthony. Conceitos Essenciais de Sociologia. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

SCHWARTZMAN, S. Paradigma e espaço das ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 4, v. 2, jan. 1987.

FERNANDES, Florestan. O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira. 1º Dossiê de Ciências Sociais, São Paulo: Ceupes-USP/CACS-PUC.